



RELATÓRIO, BALANÇO

E

CONTAS

EXERCÍCIO DE

2018



Relatório de Atividades

2018

Findo o ano de 2018 podemos ficar um pouco mais satisfeitos pois como seres humanos que somos, nunca conseguiremos estar totalmente satisfeitos, não tivemos longe do planeado e do executado. No exercício de 2018 destacamos os seguintes factos

- a. Conseguimos logo na primeira auditoria a certificação de qualidade ISSO/9001/2015.
- b. As obras do centro de acolhimento do CAV estão em curso e esperamos terminar as mesmas ainda em 2019.
- c. Vamos em breve fazer a escritura do terreno cedido pela Câmara, para projetar uma unidade para demências e doenças degenerativas para a península de Setúbal, a União das Misericórdias e a Associação Pensar Setúbal também já iniciaram diligência no sentido de procurar soluções de financiamento para a totalidade do projeto.
- d. Os níveis de ocupação das valências mantêm-se em alta. Promovemos e apostamos na redução do custo de energia ao mudarmos para luzes leds, e painéis solares, projetos esses já concluídos.
- e. Continuamos com o mesmo pessoal, apesar de haver uma certa dinâmica de entradas e saídas, que se deve a muitas baixas médicas e baixas de seguro.

Desempenho das Valências

SAD: nesta valência continuamos com Acordo para 98 utentes, mas temos já alguns em lista de espera, que vamos começar a fazer o serviço extra acordo uma vez que a nossa capacidade é de 120 e assim rentabilizar mais o pessoal e o equipamento. A frota foi aumentada em mais uma viatura, estamos à espera de mais duas carrinhas na próxima semana. Está a ser feito um protocolo com a ACES (Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho de Setúbal), para em colaboração fazermos o serviço de enfermagem e médico ao domicílio.

E.R.P.I.: No Lar S. José fizemos as alterações exigidas conforme vistoria da Segurança Social para a aprovação das 73 camas. Temos o Lar de S. José a funcionar com total ocupação e continuamos com 5 vagas cativas para a Segurança Social, todas ocupadas. A iluminação já está toda em Leds. Foi obrigatório obtermos um desfibrilhador permanente no lar.



U.C.C.I.: A nossa Unidade continua preenchida a 100%; continuamos a fazer pequenas reparações, pintura de quartos, nesse sentido. Obtivemos autorização para as 32 camas. São unidades de longa duração que estão a ser muito contestadas pelas IPSS, e que algumas Misericórdias já estão a sair da rede pela diferença entre custo/benefício, não compensa porque as participações não acompanham o aumento dos custos.

Infantários: A ocupação também continua a rondar os 100% sendo a Creche a valência mais procurada, e apesar da oferta do público, no pré-escolar, continuamos com uma ocupação significativa; as reparações são muitas compramos mais algum equipamento. Conseguimos passar as consultas do Dr. Amândio Gago para a junta de freguesia de Sarilhos Grandes, derivado a exigência da Seg. Social, e fizemos uma sala de acolhimento e outra para as funcionárias.

Cantina Social: Continuámos a prestar assistência às famílias, mesmo sempre com o panorama de ir acabar o PEA, não temos diminuído a nossa missão, o nº de famílias para apoiar assim como pessoas individuais. Ainda não foi este ano que se concretizou a cedência do espaço para um dormitório social, pode ser que se cumpra a promessa um dia destes.

Praça de Touros: Continua a ser um bem que requer todos os anos muitas reparações, tanto pelos anos que tem, como pelas exigências do IGAC, cada ano há sempre uma lei que é alterada. Não sei até que ponto a parede exterior não terá de sofrer uma reparação muito grande e extremamente cara.

CAV: Esta valência ainda não foi subsidiada pela Segurança Social; o subsídio da Secretaria de Estado terminou no final de 2018. Sei que a Diretora da SS de Setúbal está a fazer muita pressão para seja integrada no PROCOOP já este ano. É uma valência muito procurada, temos tido muita afluência, temos feito muitas parcerias, temos feito muitas ações de formação, quer dentro da Instituição quer nas Escolas Secundárias.

Do ponto de vista financeiro temos uma posição equilibrada, contudo economicamente temos o permanente desafio de otimização de gastos no sentido de reforçar a nossa sustentabilidade.

Gestão e Contas

O ativo da Santa Casa ascendeu a 31 de dezembro de 2018 a 7.433.854 euros (6.940.386 euros). O incremento resulta essencialmente do investimento efetuado com a construção do edifício para o “Centro de Apoio à Vida” e de obras efetuadas na cozinha.



Os fundos patrimoniais registaram, em 31 de dezembro de 2018, um montante de 5.253.380 euros a que corresponde um aumento de 11% face a 2017 que se deve ao registo de imóveis (2 lotes de terreno).

As dívidas de utentes ascendem a 78.726 euros (78.645 euros em 2017) e as disponibilidades em 2018 no montante de 1.644.062 euros, registando uma ligeira diminuição resultante da utilização de 200.000 euros para pagamento de parte do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário – FRSS.

As participações do ISS – Instituto de Solidariedade Social e da ARS – Administração Regional de Saúde totalizaram 1.976.098 euros e registam um incremento de 2% face ao exercício anterior.

Em resultado da atividade desenvolvida em 2018 os rendimentos ascenderam a 4.035.460 euros (3.652.717 euros em 2017), e os gastos ascenderam a 4.205.289 euros (3.798.566 euros), tendo-se obtido um resultado líquido do exercício negativo de 169.829 euros, registado um impacto negativo de 16% face ao ano anterior, que resulta essencialmente do aumento refletido de ordenado (por progressão na carreira e pelo aumento do ordenado mínimo).

Proposta de aplicação dos resultados

Os membros da Mesa Administrativa propõe que relativamente ao exercício de 2018, o resultado líquido negativo de 169.829 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Inexistência de dívidas ao Estado

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Mensagem do Provedor

É sempre um desafio quando chego a esta parte “mensagem do provedor”. Porque o provedor é a parte visível de um grupo de trabalho que reúne consensos e decisões que para quem está de fora parece fácil. Atentando sempre cumprir com a gestão, curta, de um orçamento que se quer correto, é muitas vezes difícil o cumprimento de objetivos, que ao ser cumprido tentamos que a balança orçamental não vacile. E é por todos aqueles que juntos fazem desta Casa, uma Casa que se quer de excelência e que eu tenho plena consciência que a maioria deles/as têm um o vencimento que muitas vezes não paga o esforço que lhes é exigido. Sei que as negociações estão muito difíceis entre as IPSS e o Governo por causa das compensações, porque queremos aumentar os vencimentos mas não temos como. Agradeço a todos os colegas mesários e em especial aos trabalhadores, o tempo das suas vidas que dão em prol de uma causa maior. Quero desejar a todos uma Santa Páscoa, as maiores felicidades e que a solidariedade para com o próximo permaneça sempre no nosso coração. UM BEM HAJA PARA TODOS!!

O Provedor 12/03/2019

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. F. Santos', written over a diagonal line.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 31ª do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montijo o Conselho Fiscal procedeu à análise e apreciação do Relatório e Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentados pela Mesa Administrativa.

Verificámos que os mesmos foram elaborados em conformidade com as normas, os preceitos legais em vigor, e o cumprimento das normas contabilísticas adequadas.

O Conselho Fiscal obteve sempre as informações solicitadas aos serviços e à Mesa Administrativa pelo que agradece a colaboração prestada.

A auditoria às contas, continua a cargo da mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – DFK & Associados SROC, cujas conclusões mais significativas e merecedoras de registo se encontram mencionadas na respetiva “Certificação Legal das Contas” que se dão aqui por reproduzidas.

O Relatório de Atividades da Mesa Administrativa faz uma descrição detalhada da situação da SCMM evidenciando as condições para o seu funcionamento, analisando e comentando o período de 2018

O Resultado Líquido do exercício apresenta um prejuízo de 169.829,48 euros.

O Conselho Fiscal reunido em 20 de Março de 2019 é de parecer que o Relatório e as Contas do exercício de 2018, sejam aprovados por esta Assembleia Geral.

Montijo, 20 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

O Presidente

João Paulo Dinis

O Secretário

Joaquim Ribeiro

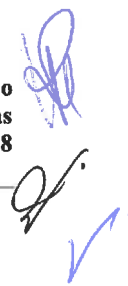
O Relator

Nuno Caetano



Demonstrações Financeiras

Exercício 2018



Índice

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

• Balanço em 31 de dezembro de 2018.....	4
• Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2018.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018.....	6
• Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018.....	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Ativos fixos tangíveis.....	13
5. Bens do património artístico e cultural.....	14
6. Propriedades de Investimento	14
7. Inventários.....	14
8. Clientes/ Utentes	14
9. Estado e outros entes públicos.....	15
10. Outros créditos receber.....	15
11. Diferimentos.....	15
12. Caixa e depósitos bancários	16
13. Fundo Social	16
14. Resultados transitados.....	16
15. Outras variações nos fundos patrimoniais	16
16. Financiamentos obtidos.....	17
17. Fornecedores	17
18. Outras dívidas a pagar.....	17
19. Vendas e prestações de serviços.....	18
20. Subsídios, doações e legados à exploração.....	18
21. Custo das mercadorias e das matérias consumidas.....	19
22. Fornecimentos e serviços externos	19
23. Gastos com o pessoal	20
24. Outros rendimentos	20
25. Outros gastos.....	20
26. Resultados financeiros.....	21
27. Membros dos órgãos diretivos	21
28. Garantias e caucões	22
29. Outras informações relevantes	22



[Handwritten signature]
[Handwritten checkmark]

Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018



Santa Casa da Misericórdia de Montijo
Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	4.562.899	4.527.156
Bens do património histórico artístico e cultural	5	234.232	234.232
Propriedades de Investimento	6	551.850	42.037
Investimentos financeiros		15.325	9.868
Total dos Ativos Não Correntes		<u>5.364.306</u>	<u>4.813.293</u>
Inventários	7	10.388	12.108
Clientes \ Utentes	8	78.726	78.645
Estado e outros entes públicos	9	20.133	12.530
Outros créditos a receber	10	312.114	117.241
Diferimentos	11	4.126	4.568
Caixa e depósitos bancários	12	1.644.062	1.902.001
Total dos Ativos Correntes		<u>2.069.548</u>	<u>2.127.093</u>
		<u>7.433.854</u>	<u>6.940.386</u>
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	527.457	527.457
Resultados transitados	14	3.430.911	3.578.413
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	1.464.842	777.135
Resultado líquido do exercício		(169.829)	(145.849)
Total do fundo de capital		<u>5.253.380</u>	<u>4.737.156</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	16	1.025.254	1.215.739
Total dos Passivos Não Correntes		<u>1.025.254</u>	<u>1.215.739</u>
Fornecedores	17	316.175	197.207
Estado e outros entes públicos	9	106.051	108.230
Financiamentos obtidos	16	291.389	276.974
Outras dívidas a pagar	18	441.605	405.080
Total dos Passivos Correntes		<u>1.155.220</u>	<u>987.491</u>
Total do Passivo		<u>2.180.474</u>	<u>2.203.230</u>
		<u>7.433.854</u>	<u>6.940.386</u>

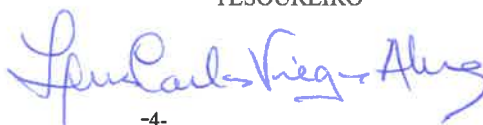
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Montijo, 12 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



TESOUREIRO



-4-

O PROVIDOR




Santa Casa da Misericórdia de Montijo

Demonstração dos Resultados por Naturezas
Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.18</u>	<u>31.dez.17</u>
Vendas e serviços prestados	19	1.331.460	1.267.994
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1.976.098	1.930.502
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(539.939)	(571.335)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1.014.375)	(589.711)
Gastos com o pessoal	23	(2.316.631)	(2.308.680)
Outros rendimentos	24	725.584	451.836
Outros gastos	25	(13.464)	(24.127)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>148.733</u>	<u>156.618</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(316.816)	(297.817)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(168.083)</u>	<u>(141.199)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	2.318	2.246
Juros e gastos similares suportados	26	(4.063)	(6.897)
Resultado líquido do período		<u>(169.829)</u>	<u>(145.849)</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Montijo, 12 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O TESOUREIRO



O PROVIDOR



Santa Casa da Misericórdia de Montijo
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em euros)

	<u>31.Dez.18</u>	<u>31.Dez.17</u>
<i>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes	1 670 762	1 496 295
Pagamentos a fornecedores	-1 259 644	-1 090 488
Pagamentos ao pessoal	-1 551 840	-1 513 547
Caixa gerada pelas operações	<u>-1 140 722</u>	<u>-1 107 740</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	1 078 406	1 093 296
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	<u>-62 316</u>	<u>-14 444</u>
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</i>		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	2 318	2 246
	<u>2 318</u>	<u>2 246</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	<u>2 318</u>	<u>2 246</u>
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-287.326	-75 409
Juros e gastos similares	-4 063	-6 897
	<u>-291.389</u>	<u>-82 306</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	<u>-291.389</u>	<u>-82 306</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>-351.387</u>	<u>-94 504</u>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1 902 001</u>	<u>1 996 505</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1.644.062</u>	<u>1 902 001</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras
Montijo, 12 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



TESOUREIRO



O PROVEDOR



Santa Casa da Misericórdia de Montijo

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

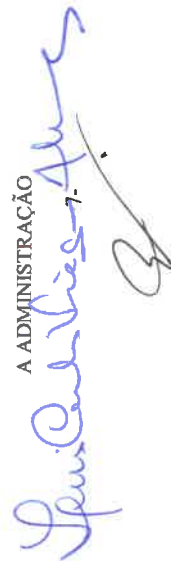
	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no Início do Período 2018	527 457	3 578 413	777 135	(145 849)	4737 157
Resultado Líquido do Período				(169 829)	(169 829)
Resultado Integral				(169 829)	(169 829)
Operações com detentores de capital próprio					
Distribuições	-	(34 521)	-	34 521	-
Outras operações	-	(896)	(90 796)	-	(91 692)
	-	(35 417)	(90 796)	34 521	(91 692)
Posição no Fim do Período 2018	527 457	3 430 911	1 464 842	(169 829)	5 253 381

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras
Lisboa, 12 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO




Santa Casa da Misericórdia de Montijo
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2018

Demonstração dos Resultados por Naturezas - por Valências e Atividades
Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	LAR	UCCI	SAD	CIA	CIS	C.SOCIAL	PEA	CAV	P. T.	B. REND.	IGREJA	ADM.	Totais
Vendas e serviços prestados	697 705	183 331	114 677	222 939	94 356	1 752	0	0	0	0	0	16 700	1 331 460
Subsídios, doações e legados à exploração	290 577	521 307	417 520	379 417	164 222	133 355	50 200	19 500	0	0	0	0	1 976 098
Custo das mercadorias vendidas mat. consumidas	-53 552	-82 661	-11 312	-15 327	-6 299	-349 572	-3 061	-1 380	0	0	0	-16 775	-539 939
Fornecimentos e serviços externos	-372 317	-257 129	-129 351	-135 120	-68 263	-83 803	-20 035	-1 786	-4 484	-1 571	-1 169	(-60 651)	-1 014 375
Gastos com o pessoal	-508 200	-379 333	-371 938	-463 562	-185 070	-72 297	-5 845	-17 499	0	0	0	-312 886	-2 316 631
Outros rendimentos e ganhos	57 384	42 229	196	3 307	1 902	341 761	717	9 705	22 014	153 943	150	90 512	725 585
Outros gastos e perdas	-792	-540	-123	0	0	0	0	0	-741	-5 180	0	-6 088	-13 464
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	110 805	27 203	21 433	-8 345	848	-28 804	21 976	8 539	16 789	147 193	-1 019	-167 886	148 734
Gastos/reversões de depreciação e de amortização													
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-105 262	-88 671	-4 902	-13 436	-4 897	-4 082	0	0	-3 056	-27 988	-984	-63 540	-316 817
	5 544	-61 468	16 532	-21 781	-4 049	-32 886	21 976	8 539	13 733	-119 205	-2 003	-231 426	-168 083
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 318	2 318
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4 063	-4 063
Resultado líquido do período	5 544	-61 468	16 532	-21 781	-4 049	-32 886	21 976	8 539	13 733	119 205	-2 003	-233 172	-169 829

12 de Março de 2019

CONTABILISTA CERTIFICADO



TESOUREIRO

PROVEDOR




Santa Casa da Misericórdia de Montijo

Anexo às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Santa Casa da Misericórdia de Montijo (referida ainda neste documento como “Santa Casa” ou “SCMM”) é uma entidade associativa constituída na Ordem Jurídica do Direito Canónico, cujo objetivo fundamental é praticar atos de solidariedade social e de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional da fraternidade.

É, assim, uma Instituição Particular de Interesse Público, regida e regulada pelo respetivo compromisso estatutário, bem como pelo Estatuto Jurídico aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, com as alterações legais subsequentes.

A Santa Casa da Misericórdia de Montijo opera na região do Montijo e dispõe das seguintes valências:

- Lar
- Centro de Infância do Afonsoeiro
- Centro de Infância de Sarilhos
- Centro de dia - Cantina social
- Unidade de Cuidados Continuados
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Programa de emergência alimentar
- Centro de Apoio á vida

A contabilidade está estruturada por centros de custos organizados tendo por referência as supracitadas valências, sendo os gastos e com a logística dos serviços de lavandaria e cozinha repartidos pelas valências com base numa chave de imputação de acordo com os consumos.

Esta entidade emprega 170 pessoas, sendo que o pessoal de apoio direto às valências é de 140 colaboradores, 6 colaboradores administrativos e 24 colaboradores afetos à logística.

A atividade da SCMM é financiada pelas mensalidades cobradas aos utentes (com base nos rendimentos destes), das valências, Terceira Idade, Infância e Juventude e Cantina Social, bem como das rendas de imóveis, donativos, entre outros.

No que concerne a outros financiamentos a SCMM tem acordos de cooperação com a Segurança Social para todas as valências e com a Administração Regional de Saúde para a Unidade de Cuidados Continuados.

A Entidade tem ainda uma atividade de arrendamento de bens de património.

Para além das demonstrações financeiras obrigatórias pelo normativo contabilístico vigente, a SCMM está ainda obrigada, dentro dos acordos de cooperação que tem com a Segurança Social a prestar informação por atividades, apresentando os resultados por valência.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da Santa Casa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), que integra a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).



b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A SCMM regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

h) Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC - ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Montijo são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em Outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.



3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a SCMM, sejam controláveis pela Santa Casa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.4. Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.5. Clientes/utentes e outros valores a receber

As contas de utentes e outros valores a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos, substancialmente, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.



3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados em fundos patrimoniais, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso em termo de balanço no passivo corrente.

3.9. Provisões

A SCMM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, com exceção dos empréstimos diretamente ligados à construção.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Santa Casa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Loações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política 3.2. acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



✓
R
Q

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da SCMM.

A Santa Casa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a SCMM obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Santa Casa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a SCMM cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

Com referência a 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates Transferências para AFT e Regularizações	Saldo em 31-Dez-18
Valor de aquisição:				
Terrenos e recursos naturais	1.469.723			1.469.723
Edifícios e outras construções	5.850.422	45.468		5.895.890
Equipamento básico	948.272	20.677		968.949
Equipamento de transporte	219.107	12.500		231.607
Equipamento administrativo	111.476	117.486		228.962
Outros ativos fixos tangíveis	118.108			118.108
	<u>8.717.108</u>	<u>196.131</u>		<u>8.913.239</u>
Depreciações acumuladas:				
Edifícios e outras construções	2.856.476	223.141		3.079.617
Equipamento básico	945.048	69.024		1.014.072
Equipamento de transporte	192.712	10.379		203.091
Equipamento administrativo	96.772	12.704		109.476
Obras de arte e outras	85.177			85.177
Outros ativos fixos tangíveis	13.767			13.767
	<u>4.189.952</u>	<u>315.248</u>		<u>4.397.790</u>
Valor Líquido	<u>4.527.156</u>			<u>4.562.899</u>

As aquisições de Ativos fixos tangíveis no ano 2018 respeitam a uma obra de ampliação da cozinha central, aquisição de 1 carrinha para o SAD e aquisição de painéis Solares.



Em 31 de dezembro de 2018 existe investimento em curso no montante total de 154.859 euros, relacionado com a “Construção de Lar-Demências” (30.135 euros) e a construção do “Centro de Apoio à Vida” (124.724 euros).

5. Bens do património artístico e cultural

Com a entrada em vigor do atual normativo contabilístico procedeu-se à reclassificação em exercícios anteriores dos valores líquidos contabilísticos dos imóveis da Praça de Touros e da Igreja da Misericórdia para a rubrica de bens do património artístico e cultural.

Apresenta-se de seguida o detalhe desta rubrica, a qual não sofreu alteração face ao exercício anterior:

Designação projeto	31-Dez-18
Praça de Touros	67.836
Igreja da Misericórdia	166.396
	234.232

6. Propriedades de Investimento

No presente exercício foram registados 2 imóveis doados correspondentes a lotes de terreno pelo seu valor patrimonial sitos na Rua Provedor Nuno Alvares Pereira lote 1 e lote 2.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Inventários” apresenta a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Material Clínico	10.388	12.108
	10.388	12.108

8. Clientes/ Utentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes \ Utentes” tinha a seguinte composição:

Utentes	31/dez/18	31/dez/17
Lar de Idosos	41 241	41 460
Centro de Dia	1 148	2 455
SAD	1 782	1 313
Creche - CIA	1 787	1 898
Pré-escolar - CIA	2 703	2 863
Creche - CIS	1 121	1 896
Pré-escolar - CIS	2 540	3 484
Cantina Social	237	57
Unidade de Cuidados Continuados	16 230	13 756
Rendas de Habitação	2 928	2 326
Rendas Comerciais		436
Rendas do Hospital	15 409	15 100
Perdas por Imparidades acumuladas	(8 399)	(8 399)
	78 726	78 645

O saldo apresentado respeita ao valor das mensalidades dos utentes em dívida a 31 de dezembro de 2018, apresentado por valência.



[Handwritten signature and initials]

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no passivo apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Activo		
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	20 133	12 530
	<u>20 133</u>	<u>12 530</u>
Passivo		
Imposto sobre rendimento pessoas singulares (IRS)	22 226	22 208
Segurança social	83 825	86 022
	<u>106 051</u>	<u>108 230</u>

O valor do Iva a receber respeita ao reembolso pedido dos valores dos bens alimentares dos meses de janeiro a novembro de 2018. Os montantes em dívida respeitam às obrigações legais do mês de dezembro, liquidadas em 2019.

10. Outros créditos receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Outros devedores	158 266	766
Quotas atrasadas	27 431	21 041
Valores a regularizar - Segurança Social	70 905	68 060
Restantes	55 512	27 374
	<u>312 114</u>	<u>117 241</u>

O incremento registado na rubrica “Outros créditos a receber” resulta do registo do contrato celebrado a 15 de janeiro de 2018 entre a Entidade e “Entidades Instituidoras do Fundo Rainha D. Leonor”, designadamente Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Freguesias Portuguesas, com o objetivo de receber um financiamento para a construção de Centro de apoio à vida - Centro de Acolhimento para Adolescentes e Mulheres Grávidas.

A rubrica “Quotas atrasadas” reflete o valor das quotas dos Irmãos da Santa Casa por liquidar.

A rubrica “valores a regularizar” reflete os saldos por receber da Segurança Social do mês de dezembro e da ARSLVT, dos meses de novembro e dezembro, ao abrigo do contrato assinado para a Unidade de Cuidados Continuados.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da rubrica “Diferimentos” era compostos material de limpeza, seguros e outros fornecimentos adquiridos no exercício para consumo no exercício de 2019.





12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Caixa	5.386	5.727
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depositos	334	334
Millennium BCP	10.227	9.937
Barclays Bank	-	5.064
Banco Espírito Santo	327	309
Caixa Crédito Agrícola	66.255	119.097
Montepio	663	-
Depósitos a prazo		
Caixa Crédito Agrícola (i)	1.560.869	1.760.869
	<u>1 644 061</u>	<u>1.902.001</u>

(i) Este valor engloba um depósito a prazo no valor de 29.569 euros para caução de um processo da Autoridade Tributária em sede de IVA e 1.300 euros de títulos.

13. Fundo Social

A Santa Casa não tem capital social estatutário, referindo-se o montante reconhecido como Fundo Social ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

14. Resultados transitados

Nesta conta foi criada uma subconta “Acertos do Ano 2013” no valor de 44.341 euros que dizem respeito ao valor que a SCMM devolveu à Segurança Social por ter recebido esse valor indevidamente face ao Protocolo assinado para o Apoio Domiciliário e a redução das frequências do mesmo.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em março de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

15. Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos desta rubrica respeitam a subsídios ao investimento e apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Subsídios ao investimento		
Construção dos Cuidados Continuados	525 000	562 500
Constução do Lar	156	49 716
Construção do CIS	-	(1 239)
Fundo Rainha Dona Leonor	225 000	-
Doacções	709 778	160 550
Máquina de embolar touros	4 908	5 608
	<u>1 464 842</u>	<u>777 135</u>

O saldo de 225.000 euros resulta do registo do contrato celebrado a 15 de janeiro de 2018 entre a Entidade e “Entidades Instituidoras do Fundo Rainha D. Leonor”, designadamente Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Freguesias Portuguesas, com o objetivo de receber um financiamento para a construção de Centro de apoio à vida - Centro de Acolhimento para Adolescentes e Mulheres Grávidas.



16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	31/dez/18			31/dez/17		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	1 025 254	291 389	1 316 643	1 215 739	276 974	1 492 713
	1 025 254	291 389	1 316 643	1 215 739	276 974	1 492 713

Está englobado neste valor um empréstimo de 500.000 euros respeitante a um contrato celebrado entre a Santa Casa e o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário o qual já foi amortizado em 40% no final de 2018 e o restante será amortizado nos 8 anos seguintes. Está também englobado um Leasing referente à aquisição de painéis solares no valor total de 11.318 euros a pagar trimestralmente durante 5 anos, sendo que em dezembro de 2018 já foram feitos 3 pagamentos.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31/dez/18	31/dez/17
Fornecedores conta corrente	316 175	197 207
	316 175	197 207

Destaca-se a dívida ao fornecedor Proccatering que presta serviços de gestão do refeitório/catering, cujo montante em dívida a 31 de dezembro de 2018 ascende a cerca de 226.558 euros, correspondente aos valores faturados dos meses de setembro a dezembro de 2018.

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Outros credores	105 140	89 629
Estimativa férias/Sub e encargos	336 465	315 451
	441 605	405 080

Os saldos de “Outros credores” respeita essencialmente ao diferencial entre o montante das mensalidades do lar e o valor das respetivas reformas, no caso dos utentes em que as reformas se encontram à guarda da SCMM.



19. Vendas e prestações de serviços

As prestações de serviços nos períodos de 2018 e 2017 foram como segue:

Entidade	31/dez/18	31/dez/17
Infância e juventude		
Creches	158 375	155 563
Pré - Escolar	140 733	126 248
Outros	17 846	16 873
Terceira Idade		
Lares	641 347	609 410
Centro dia	54 390	62 295
Apoio domiciliario	114 668	118 696
Cuidados Continuados	183 331	156 388
Cantina Social	1 752	1 961
Quotizações	16 700	18 484
Consultas, urgências enfermagem	1 978	79
Serviços Sociais - ATL/Seg. Escolar	340	1 996
	1 331 460	1 267 993

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2018 e 2017 a Santa Casa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31/dez/18	31/dez/17
Centro Regional de Segurança Social		
Infância e juventude		
Creches	340 788	330 545
Pré-escolar	202 851	198 742
Subsidios eventuais		
Terceira idade		
Lares	268 335	255 650
Centro de dia	22 242	26 460
Apoio domiciliario	417 520	390 655
Subsidios eventuais		
Cuidados Continuados	521 307	513 773
Cantina social		
Centro de dia	133 355	135 104
Programa emergência alimentar	50 200	79 573
Outros	19 500	
	1 976 098	1 930 502

A Santa Casa da Misericórdia do Montijo integrou no exercício de 2012 a rede solidária de cantinas sociais no âmbito do Programa de emergência Alimentar (PEA) lançado pelo governo, iniciando o serviço de distribuição de refeições em maio de 2012.



21. Custo das mercadorias e das matérias consumidas

O custo das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
	<u>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</u>	<u>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</u>
Saldo inicial em 1 de janeiro	12 108	16 847
Regularizações		
Compras	538 219	566 596
Custo de vendas	(539 939)	(571 335)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>10 388</u>	<u>12 108</u>

No presente exercício as compras integram géneros alimentares fornecidos pela Uniself até março de 2018 (quem fornecia os alimentos para as cantinas), assim como fruta doada pelo Lidl e pelo Aldi, esta reconhecida no mesmo montante na rubrica rendimentos “donativos”.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Subcontratos		
Exploração de refeitórios	457 090	-
Serviços especializados		
Honorários	133 644	155 220
Conservação e reparação	30 274	32 354
Outros serviços especializados	2 747	3 661
Materiais		80 960
Energia e fluidos		
Eletricidade	70 215	65 293
Combustíveis	32 998	27 951
Água	27 856	36 310
Deslocações, estadas e transportes	9 840	7 042
Serviços diversos		
Limpeza, higiene e conforto	47 939	50 266
Outros serviços diversos	201 772	130 654
	<u>1 014 375</u>	<u>589 711</u>

A partir de abril de 2018 a Procaterring passou a ser a gestora das cantinas, prestando serviços de catering e gestão de refeitórios.



23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Remunerações do pessoal	1 343 241	1 344 805
Indemnizações	10 801	14 015
Encargos sobre remunerações	413 565	414 451
Seguros	22 105	16 210
Outros gastos com pessoal	526 919	519 199
	<u>2 316 631</u>	<u>2 308 680</u>

O número de empregados ativos da Santa Casa da Misericórdia de Montijo em 31 de dezembro ascende a 154.

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Rendimentos suplementares	20 457	3 304
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	170 721	169 389
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação de subsídios ao investimento	88 174	88 174
Donativos	408 196	162 881
Outros	38 036	28 088
	<u>725 584</u>	<u>451 836</u>

Os “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” compreendem os ganhos obtidos com o arrendamento de imóveis detidos pela Santa Casa.

Destacamos a fruta doada pelo Lidl e pelo Aldi no presente exercício.

25. Outros gastos

Os outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Impostos	798	438
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	4 431	20 329
Quotizações	2 885	1 784
Outros	5 350	1 576
	<u>13 464</u>	<u>24 127</u>



26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos períodos de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	31/dez/18	31/dez/17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2 318	2 246
	2 318	2 246
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(4 063)	(6 897)
	(4 063)	(6 897)
Resultados financeiros	(1 745)	(4 651)

27. Membros dos órgãos diretivos

Com referência a 31 de dezembro de 2018 os órgãos sociais da SCMM eram compostos como segue:

31.1. Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	Observações
Presidente	João Manuel Pereira Afonso	-
Secretário	Luís Manuel Tavares Castanheira	-
Secretário	José Manuel Rodrigues Teixeira	

31.2. Mesa Administrativa

Cargo	Nome	Observações
Provedor	José Manuel Mendes Braço Forte	-
Vice-Provedor	Maria Helena Correia L.R. de Oliveira	
Tesoureiro	Luis Carlos Viegas Alves	
Secretário	João Miguel Poças da Cruz Marcelino	-
Vogal efetivo	Ilídio José Viegas Martinho Massacote	-
Vogal efetivo	José Carlos Dias Pinheiro	
Vogal efetivo	Joaquim Manuel Carvalho e Silva	

31.3. Conselho Fiscal

Cargo	Nome	Observações
Presidente	João Paulo da Fonseca Marques Dinis	-
Secretário	Joaquim Pinto Tavares Ribeiro Gomes	-
Relator	Nuno Miguel da Costa Cactano	-



Refira-se ainda que os órgãos diretivos da Santa Casa da Misericórdia de Montijo não recebem qualquer remuneração pelos serviços prestados.

28. Garantias e cauções

O detalhe das garantias prestada a terceiros são apresentadas de seguida:

Garantias	Valor	Observações
Garantia prestadas a terceiros Processo do IVA	29 569	Deposito bancário cativo na CCAM

29. Outras informações relevantes

A) No exercício de 2010, a Santa Casa, foi sujeita a uma Ação de fiscalização pelos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças de Setúbal. Esta Ação recaiu fundamentalmente sobre o contrato de arrendamento e obras no imóvel da Praça de Touros. As conclusões apresentadas decorreram da análise das restituições de IVA, por desconformidade com o Decreto-lei 20/90, e o enquadramento fiscal da entidade em sede de IVA e IRC para os períodos respetivos de 2006 a 2010 e 2006 a 2009. De acordo com o relatório desta Ação de fiscalização, emitido em 24 de Janeiro de 2011, os serviços de finanças apontam para correções no valor total de 94.207,21 euros.

A informação disponível no portal da Autoridade Tributária quanto ao processo executivo de dívida fiscal relacionado com o IVA identifica que o processo se encontra suspenso e o montante em dívida ascende a 28.361 euros (inclui juros mora e encargos)

Os serviços jurídicos da SCMM reclamaram judicialmente, encontrando-se a aguardar sentença.

B) Encontra-se em curso, um processo judicial contra a Santa Casa, intentado por ex-colaborador cujo montante solicitado ascende a 30.000 euros (reintegração e salários vencidos e vincendos). Este processo resultou de um despedimento por justa causa, sendo expectante desfecho favorável para a Santa Casa.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



TESOUREIRO



O PROVIDOR



II – Certificação Legal das Contas **para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018**





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTIJO

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2018**

Lisboa Rua Ferreira Lapa, n.º 16-B | 1150-158 Lisboa - Portugal | T. +351 213 243 490 | F. +351 213 420 148 | dfk.lisboa@dfk.com.pt

Faro Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23-A | 8000-334 Faro - Portugal | T. +351 289 805 544 | F. +351 289 801 330 | dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matricula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social de Euros 400 000 € | Inscrição na OROC n.º 149
| Inscrição na CMVM n.º 2016 1460

An independent member firm of DFK International

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' or 'I' shape with a horizontal line extending to the right.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Santa Casa da Misericórdia de Montijo* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 7.433.854 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.253.380 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 169.829 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2019

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vitor Manuel Mendes Santos', written over a horizontal line.

Vítor Manuel Mendes Santos em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda